



PROCESSO : 10.160-5/2022 (AUTOS DIGITAIS)
PRINCIPAL : SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE CUIABÁ
ASSUNTO : AGRAVO INTERNO
ORIGEM : MONITORAMENTO
RECORRENTE : DEIVER ALESSANDRO TEIXEIRA – EX-SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CUIABÁ
RELATOR : CONSELHEIRO VALTER ALBANO
AUDITOR : MOISÉS LIMA DA SILVA

Senhor Secretário,

Trata-se de **Agravo Interno**¹ impetrado pelo recorrente acima relacionado, em face de decisão prolatada no **Julgamento Singular nº 259/VAS/2025**, que por meio de processo de Monitoramento, julgou parcialmente cumpridas as determinações contidas no Acórdão 506/2021–TP referente a Representação de Natureza Interna 36.431-2/2018, que teve como objetivo verificar possíveis irregularidades na implementação da sala de hemodinâmica para a prestação de serviços destinados à cirurgia cardiovascular no Hospital Municipal São Benedito, em Cuiabá/MT.

Dispõe a decisão ora combatida, *in verbis*:

Julgamento Singular nº 259/VAS/2025

(...)

18. É o relatório do necessário.

19. A presente Representação de Natureza Externa será decidida monocraticamente, nos termos do inciso VI do art. 97 do RITCE/MT, e atendendo ao comando do art. 140, § 7º da mesma legislação.

20. Dito isso, ao analisar os autos, verifico que a equipe técnica da 3ª Secex se manifestou pelo cumprimento parcial das determinações contidas no Acórdão 506/2021-TP, indicando

¹ DOCUMENTO EXTERNO Doc. Nº 612184/2025.





que das 8 (oito) determinações, apenas 3 (três) teriam sido cumpridas, o que materializou a irregularidade NA01 de natureza gravíssima.

21. No que diz respeito às determinações “4.c” imputada à Secretaria Municipal de Saúde e “5.a” e “5.b” atribuídas à Empresa Cuiabana de Saúde Pública – ECSP, em sintonia com a 3ª Secretaria de Controle Externo e o Ministério Público de Contas, entendo por cumpridas tendo em vista a documentação anexada aos autos comprovando, à época das informações prestadas pela ECSP, o funcionamento da sala de hemodinâmica, os procedimentos realizados, o estado de conservação dos aparelhos/equipamentos e o seu custo de manutenção do período de 2023/2024.

22. Com relação às **determinações “4.a” e “5.c”**, o Acórdão determinou que a Secretaria Municipal de Saúde de Cuiabá e a Empresa Cuiabana de Saúde Pública encaminhasse informações sobre as providências adotadas para a efetivação dos serviços cardiológicos no Hospital São Benedito.

23. A determinação retromencionada se fez necessária diante da falta de justificativa para a formalização do contrato de prestação de serviços com a Empresa ALP Clínica Médica e Cirurgia Ltda, vencedora do processo licitatório na modalidade Concorrência Pública 1/2016, além da inutilização da sala de hemodinâmica e seus equipamentos por cerca de 2 (dois) anos.

24. Em que pese a defesa informar que os serviços estavam sendo executados pela empresa Neurocor – Diagnostico e Terapêutico Endovascular CINECOR, inexistem nos autos documentos que comprovem que houve, desde a expedição da determinação, permanente esforço dos gestores para a implantação dos serviços cardiológicos no Hospital Municipal São Benedito.

25. Em contrapartida, a equipe técnica da 3ª Secex apresentou dados de que a contratação emergencial com a empresa Neurocor se encerrou em 1º/9/2024 e na data de consulta de informações junto ao Sistema Aplic não haviam sido apresentadas as cargas mensais do exercício de 2024, sendo impossível a este Tribunal de Contas averiguar a execução contratual. De igual modo, não constam no Sistema Aplic pagamentos a outras empresas que prestem os mesmos serviços e, por isso, não foi possível saber se há algum contrato em vigência.

26. A defesa também deixou de apresentar documentos que comprovassem a existência de processos licitatórios em andamentos para regularizar o funcionamento dos serviços de cardiologia.

27. É importante lembrar que a gestão da Secretaria Municipal de Saúde foi retomada pelo município no exercício de 2024 e desde então a atual gestão não conseguiu demonstrar que adotou medidas de regularização dos serviços de cardiologia prestados no Hospital Municipal São Benedito, que até o oferecimento de defesa pelos gestores, ressaltado, ocorriam por meio de contratação emergencial.

28. A contratação emergencial é permitida, entretanto, a sua recontração de forma reiterada pode configurar burla ao processo licitatório, além de demonstrar falta de planejamento administrativo, o que impõe a necessidade de a atual gestão efetivamente adotar medidas que entreguem a solução adequada ao caso.

29. Nesse sentido, acompanho o posicionamento da Secex e do Ministério Público de Contas e entendo que as determinações “4.a” e “5.c” não foram cumpridas.

30. Quanto as **determinações “4.b” e “5.d”**, relativas à comprovação das providências adotadas para habilitação do Hospital São Benedito junto ao Ministério da Saúde, a Empresa Cuiabana de Saúde Pública se limitou em informar que o contrato de gestão do Hospital está no Conselho Municipal de Saúde para votação e que após a repactuação serão adotadas as medidas necessárias para a habilitação.

31. Contudo, novamente não restou demonstrado documentalmente que alguma providência tenha sido adota, nem mesmo foi apresentado o suposto contrato de gestão que estaria em análise perante o Conselho Municipal de Saúde. Assim, diante da ausência de comprovação, entendo não cumpridas as determinações “4.b” e “5.d”.

32. Por fim, tendo em vista a falta de informação pelos gestores, julgo não cumprida a determinação “4.d”, sobre o custo mensal com a manutenção dos equipamentos da sala de hemodinâmica no período de 2019/2020.





33. Pelo exposto, acolho o Parecer do Ministério Público de Contas 77/2025, do Procurador William de Almeida Brito Junior, conheço o presente Monitoramento para, no mérito, **julgar parcialmente cumpridas as determinações contidas no Acórdão 506/2021-TP** e, em razão da natureza gravíssima da irregularidade (NA01), aplicar multa individual de **11 UPFs/MT** aos Srs. **Deiver Alessandro Teixeira**, Secretário Municipal de Saúde de Cuiabá, e **Edson Fernandes de Moura**, Diretor Geral da Empresa Cuiabana de Saúde Pública, com fundamento no art. 75, III, da Lei Orgânica TCE/MT c/c art. 3º, I, “a” da Resolução Normativa 17/2016 e art. 327, II, do RITCE/MT, fixando-a de acordo com as diretrizes previstas no art. 75, parágrafo único, da Lei Orgânica TCE/MT c/c art. 3º, §§ 1º e 2º da Resolução Normativa 17/2016-TCE/MT, bem como o art. 61 e §§ do Código de Processo de Controle Externo.

34. A multa imposta deverá ser recolhida aos cofres do Fundo de Reaparelhamento e Modernização do Tribunal de Contas, com recursos próprios, no prazo de 60 (sessenta) dias, conforme disposto no art. 327, §4º do Regimento Interno TCE/MT, mediante boleto bancário que se encontra disponível no endereço eletrônico: <https://servicos.tce.mt.gov.br>.

35. **Publique-se.**

36. Cuiabá-MT, 14 de maio de 2025.

(assinatura digital)

Conselheiro Valter Albano

Relator

1. INTRODUÇÃO

Como se depreende da decisão acima, no processo de Monitoramento foi julgado parcialmente cumpridas as determinações contidas no Acórdão 506/2021–TP e, em razão da natureza gravíssima da irregularidade (NA01), aplicou-se multa individual de 11 UPFs/MT aos Srs. Deiver Alessandro Teixeira, Ex-Secretário Municipal de Saúde de Cuiabá, e Edson Fernandes de Moura, Ex-Diretor Geral da Empresa Cuiabana de Saúde Pública.

Anote-se que o Agravo Interno está estabelecido na Resolução nº 16/2021 (RITCEMT), em seu artigo nº 366 a 369, onde estabelecem os requisitos subjetivos (parte legítima para ingressar com a referida medida), bem como os requisitos objetivos (tempestividade e forma para o seu ingresso).





2. SÍNTESE DO PEDIDO

Manifestação do Recurso do Senhor Deiver Alessandro Teixeira (doc. nº 612184/2025)

O agravante comunica que enfrentou desafios durante a sua gestão no exercício de 2024, pois o município voltou a assumir a saúde após o período de intervenção estadual, não houve transição entre as gestões e a equipe gestora ainda não detinha experiência suficiente.

Ademais, informa que enviou, em 10 de outubro de 2024, o ofício nº 1502/2024/GAB/SMS para que a Diretoria da Empresa Cuiabana de Saúde Pública (ECSP) fizesse a resposta ao TCE-MT, vez que as unidades hospitalares estavam sob a sua gestão, por meio dos Contratos de Gestão 001/2021 e 002/2021.

Desse modo, já que a ECSP faz parte da administração indireta do Município de Cuiabá, reclama que cabe a diretoria dela a responsabilidade das pactuações e andamentos dos processos, respostas e providências e que, por isso, ele não deveria ser penalizado, pois as informações determinadas no acórdão foram protocoladas por ela junto ao TCE/MT no processo nº 1923722/2024.

Concernente a determinação contida no item “4.a” do Acórdão 506/2021–TP, o agravante informa a elaboração de um plano de ação para implantação do serviço de Cardiologia no Hospital São Benedito (páginas 140 a 196 do doc. nº 612184/2025).

Concernente a determinação contida no item “4.b” do Acórdão 506/2021–TP, o agravante explica que o serviço não poderá ser habilitado pelo Hospital São Benedito junto ao Ministério da Saúde devido a necessidade de reestruturação de uma Unidade Hospitalar que no momento é alugada.

Concernente a determinação contida no item “4.c” do Acórdão 506/2021–TP, o agravante informa que Hospital Municipal de Cuiabá realiza procedimentos cardiológicos de alta complexidade e possui sala de hemodinâmica em funcionamento e que desde junho de 2023 o serviço está em pleno funcionamento, realizando cateterismo e angioplastias.

Concernente a determinação contida no item “4.d” do Acórdão 506/2021–TP,





o agravante informa que, segundo os técnicos do Hospital São Benedito, a Intervenção fez uma contratação direta por inexigibilidade de R\$ 14.000,00 no ano de 2023 para realizar a manutenção e calibragem do equipamento de hemodinâmica que estava parado e, posteriormente, iniciou a realização das cirurgias cardíacas com o uso do equipamento.

Por fim, diante dos motivos citados, o agravante requer a exclusão da sua multa referente aos itens “4.a”, “4.b” e “4.d” emanadas do Acórdão 506/2021–TP, aplicada na decisão prolatada no **Julgamento Singular nº 259/VAS/2025**.

3. ANÁLISE DO PEDIDO

3.1. Requisitos de admissibilidade

O Agravo Interno foi submetido ao exame de admissibilidade feito pelo Exmo. Conselheiro Valter Albano, Relator do feito, conforme assentado **às fls. 1 a 3 do Julgamento Singular no Doc. 615435/2025**, acolhendo-os **somente no efeito devolutivo**, nos termos do art. 369 da Resolução nº 16/2021 (RITCEMT), presentes também os requisitos subjetivos e objetivos de cabimento.

3.2. Mérito do Agravo Interno

Análise do Recurso do Senhor Deiver Alessandro Teixeira (Doc. 612184/2025)

Conforme informado atrás, o agravante requer a exclusão da sua multa referente aos itens “4.a”, “4.b” e “4.d” emanadas do Acórdão 506/2021–TP, que estabeleceu o **Julgamento Singular nº 259/VAS/2025**.

Preliminarmente, convém destacar que o julgamento citado se fundamentou no processo de Monitoramento, que reconheceu parcialmente cumpridas as determinações contidas no Acórdão 506/2021–TP referente a Representação de Natureza Interna 36.431-2/2018 sobre possíveis irregularidades na implementação da sala de hemodinâmica para a prestação de serviços destinados à cirurgia cardiovascular no Hospital Municipal São





Benedito, em Cuiabá/MT.

Em resumo, o agravante argumenta que enfrentou desafios durante a sua gestão no exercício de 2024, já que o município voltou a assumir a saúde após o período de intervenção estadual, não houve transição entre as gestões e a equipe gestora ainda não detinha experiência suficiente.

Ademais, uma vez que as unidades hospitalares estavam sob a gestão da Empresa Cuiabana de Saúde Pública (ECSP) por meio dos Contratos de Gestão 001/2021 e 002/2021, informa que enviou o ofício nº 1502/2024/GAB/SMS e que a Diretoria dela protocolou a resposta junto ao TCE-MT.

E, por ela ser pertencente a administração indireta municipal, o agravante entende que cabe a diretoria da ECSP e não a ele a responsabilidade pela gestão e as respostas e providências concernentes as informações determinadas no Acórdão 506/2021–TP.

Em relação a determinação contida no item “4.a” do Acórdão 506/2021–TP, o agravante informa a elaboração de um plano de ação para implantação do serviço de Cardiologia no Hospital São Benedito (páginas 140 a 196 do doc. nº 612184/2025).

Em relação a determinação contida no item “4.b” do Acórdão 506/2021–TP, o agravante explica que o serviço não poderá ser habilitado pelo Hospital São Benedito junto ao Ministério da Saúde devido a necessidade de reestruturação de uma Unidade Hospitalar que no momento é alugada.

Em relação a determinação contida no item “4.c” do Acórdão 506/2021–TP, o agravante informa que Hospital Municipal de Cuiabá realiza procedimentos cardiológicos de alta complexidade e possui sala de hemodinâmica em funcionamento e que desde junho de 2023 o serviço está em pleno funcionamento, realizando cateterismo e angioplastias.

Em relação a determinação contida no item “4.d” do Acórdão 506/2021–TP, o agravante informa que, segundo os técnicos do Hospital São Benedito, a Intervenção fez uma contratação direta por inexigibilidade de R\$ 14.000,00 no ano de 2023 para realizar a manutenção e calibragem do equipamento de hemodinâmica que estava parado e, posteriormente, iniciou a realização das cirurgias cardíacas com o uso do equipamento.





Em análise ao mérito recursal, no que concerne as determinações nos itens “4.a”, “4.b” e “4.d” emanadas do Acórdão 506/2021–TP, entendo que foram cumpridas diante das razões explícitas.

Isso porque, convém frisar, tais determinações são ‘objetos apenas de esclarecimentos e informações direcionados ao agravante’ e não são determinações para a adoção de providências ao exato cumprimento de lei ou norma, ou seja, não são determinações para fazer ou deixar de fazer alguma coisa.

Esse é o sentido dado pelo referido acórdão, que se transcreve o trecho do seu teor:

(...)

4) determinar à atual gestão da Secretaria Municipal de Saúde de Cuiabá que encaminhe a este Tribunal, em um prazo máximo de 60 (sessenta) dias, sob pena de responsabilização, **esclarecimentos e informações:** **a)** sobre a existência de plano de ação para a efetivação dos serviços cardiológicos no Hospital São Benedito e a fase que se encontra no caso de resposta positiva; **b)** quanto a previsão de processo de habilitação do Hospital São Benedito junto ao Ministério da Saúde e para quais especialidades, assim como a fase em que se encontra; **c)** se o Hospital Municipal de Cuiabá realiza procedimentos cardiológicos de alta complexidade e possui sala de hemodinâmica em funcionamento; e, **d)** qual o atual custo mensal com a manutenção dos equipamentos da sala de hemodinâmica do Hospital São Benedito; e, **5) determinar à atual gestão da Empresa Cuiabana de Saúde Pública que encaminhe a este Tribunal**, em um prazo máximo de 60 (sessenta) dias, sob pena de responsabilização, **esclarecimentos e informações:** a) sobre o estado de conservação e funcionamento dos equipamentos adquiridos para instalação da sala de hemodinâmica do Hospital São Benedito; b) em relação ao custo total com a manutenção e a conservação dos equipamentos instalados na sala de hemodinâmica do Hospital São Benedito nos exercícios de 2019 e 2020; c) quanto as providências que estão sendo adotadas pela ECSP para implantação dos serviços cardiológicos de alta complexidade no Hospital São Benedito; e, d) no que se refere as providências que estão sendo adotadas pela ECSP para habilitação do Hospital São Benedito junto ao Ministério da Saúde, para quais especialidades e em que fase eventualmente se encontra. As multas deverão ser recolhidas com recursos próprios, no prazo de 60 dias. **(grifos nossos)**

(...)

Entretanto, percebe-se que o monitoramento realizado pela equipe técnica foi além do ‘estritamente determinado pelo acórdão’ que requeria apenas esclarecimentos e informações, conforme se transcreve os trechos do Relatório Técnico Conclusivo (página 12 a 27 do doc. 558340/2024):

(...)

Sendo assim, não restou comprovado se houve efetivamente a implantação dos serviços cardiológicos no Hospital Municipal São Benedito, pois as contratações das empresas





Laboratório de Hemodinâmica e Cardiologia Intervencionista do Centro Oeste Ltda — LACIC e Neurocor-Diagnóstico e Terapêutica Endovascular Ltda-CINECOR foram emergenciais, ou seja, pelo prazo de apenas 180 dias, e não restou comprovado se os serviços estão sendo prestados após a extinção do último termo contratual.

Desse modo, não é possível concluir pelo cumprimento da determinação “4.a” constante no Acórdão nº 506/2021-TP.

(...)

Verifica-se pelas manifestações apresentadas, que não houve ainda a habilitação do Hospital Municipal São Benedito junto ao Ministério da Saúde, na forma da Portaria nº 210/2004/MS, uma vez que o Contrato de Gestão ainda não foi aprovado pelo Conselho Municipal de Saúde.

No entanto, não foi encaminhada nenhuma evidência das alegações apresentadas, como, por exemplo, a minuta do Contrato de Gestão juntamente com o comprovante de encaminhamento deste documento ao Conselho Municipal de Saúde. (...)

Desse modo, não é possível concluir pelo cumprimento da determinação “4.b” constante no Acórdão nº 506/2021-TP.

(...)

Manifestação dos Responsáveis:

As manifestações apresentadas, não trataram dessa determinação.

Avaliação do cumprimento da Determinação:

Como não houve manifestação sobre essa determinação, não é possível concluir pelo cumprimento da determinação “4.d” constante no Acórdão nº 506/2021-TP. (grifos nossos)

Desse modo, de forma equivocada, o relator acompanhou o posicionamento da Secex e do Ministério Público de Contas e não só cobrou esclarecimentos e informações, mas exigiu também ‘providências a serem adotadas’ com a adoção de multas, que se subscrevem (página 5 a 7 do doc. 606697/2025):

(...)

Com relação às determinações “4.a” e “5.c”, o Acórdão determinou que a Secretaria Municipal de Saúde de Cuiabá e a Empresa Cuiabana de Saúde Pública encaminhasse informações sobre as providências adotadas para a efetivação dos serviços cardiológicos no Hospital São Benedito.

(...)

Nesse sentido, acompanho o posicionamento da Secex e do Ministério Público de Contas e entendo que as determinações “4.a” e “5.c” não foram cumpridas.

Quanto as determinações “4.b” e “5.d”, relativas à comprovação das providências adotadas para habilitação do Hospital São Benedito junto ao Ministério da Saúde, a Empresa Cuiabana de Saúde Pública se limitou em informar que o contrato de gestão do Hospital está no Conselho Municipal de Saúde para votação e que após a repactuação serão adotadas as medidas necessárias para a habilitação.

Contudo, novamente não restou demonstrado documentalmente que alguma providência tenha sido adotada, nem mesmo foi apresentado o suposto contrato de gestão que estaria em análise perante o Conselho Municipal de Saúde. Assim, diante da ausência de





comprovação, entendendo não cumpridas as determinações “4.b” e “5.d”.

Por fim, tendo em vista a falta de informação pelos gestores, julgo não cumprida a determinação “4.d”, sobre o custo mensal com a manutenção dos equipamentos da sala de hemodinâmica no período de 2019/2020.

(...) no mérito, julgar parcialmente cumpridas as determinações contidas no Acórdão 506/2021-TP e, em razão da natureza gravíssima da irregularidade (NA01), aplicar multa individual de 11 UPFs/MT aos Srs. Deiver Alessandro Teixeira, Secretário Municipal de Saúde de Cuiabá, e Edson Fernandes de Moura, Diretor Geral da Empresa Cuiabana de Saúde Pública (...) **(grifos nossos)**

É pacífico que ‘as determinações são de cumprimento obrigatório pelos jurisdicionados do Tribunal e que não se encontram sujeitas ao juízo de conveniência dos gestores integrantes da Administração Pública, uma vez que se revestem de caráter coativo’, em harmonia ao Boletim de Jurisprudência 51/2014 do TCU.

Nos termos do Acórdão 3417/2013 do Plenário do TCU, ‘a determinação para que entidade jurisdicionada preste informações a Corte de Contas não depende necessariamente da existência de indícios de falhas de natureza formal ou irregularidades, requisito restrito aos procedimentos de fiscalização na forma de representação e denúncia’.

Destarte, cabe lembrar que o Acórdão 506/2021–TP que deu origem a este processo de Monitoramento, julgou parcialmente procedente a Representação de Natureza Interna 36.431-2/2018 e ‘já multou todos os anteriores responsáveis’ acerca de irregularidades na implementação da sala de hemodinâmica para prestação de serviços destinados à cirurgia cardiovascular no Hospital Municipal São Benedito, formulada em desfavor da Secretaria Municipal de Saúde de Cuiabá.

Destaca-se que o Tribunal, no exercício de suas atribuições, poderá realizar fiscalizações nos órgãos e entidades sob sua jurisdição, mediante o instrumento de Monitoramento, nos termos do art. 140 e § 7º da Resolução nº 16/2021 (RITCEMT).

Todavia, é importante salientar que o Monitoramento é o instrumento de fiscalização que deve ser utilizado pelo Tribunal para verificar o cumprimento de suas decisões e os resultados delas advindos.

Contudo, nesse caso em tela, não é razoável que o Tribunal de Contas ‘ao determinar somente esclarecimentos e informações’ no Acórdão 506/2021–TP, todavia,





penalize o agravante pela não adoção de providências ao exato cumprimento de lei ou norma, que não constam das determinações deste acórdão originário.

Ademais, ressalta-se que a ECSP pode realizar, em nome próprio ou mediante delegação expressa da Secretaria Municipal de Saúde, atividades de planejamento, execução, contratação, licitação, gestão, fiscalização e controle de contratos, obras, serviços e aquisições voltadas às unidades da rede municipal de saúde, nos termos do art. 3º, § 1º, da Lei 5.723/2013 que autorizou a sua criação pelo Poder Executivo Municipal.

Desse modo, é importante destacar que embora o Secretário Municipal de Saúde a que está vinculada é o responsável pela fiscalização da execução do contrato e pela avaliação do desempenho da empresa pública, a responsabilidade pela gestão do serviço continua com ECSP.

Assim, embora sujeitas ao controle e supervisão ministerial da administração direta do poder público, as empresas públicas são entidades da administração indireta com autonomia de gestão, isto é, com autonomia administrativa, operacional e financeira.

Logo, no caso em tela, uma vez que a ECSP assume a responsabilidade pela gestão do serviço, incluindo a sua execução, cumprimento das cláusulas contratuais e obtenção dos resultados esperados, este auditor entende que ela pode fornecer os devidos esclarecimentos e informações emanados do Acórdão 506/2021–TP.

Por outro lado, no Ofício nº 392/2024/GAB/SMS datado de 22/03/2024, o agravante comprova que encaminhou documentos para o embasamento da defesa realizada pela ECSP junto ao TCE/MT (página 46 a 49 do doc. 612184/2025).

Dessa forma, pela exposição de todos os argumentos, conclui-se pelo **provimento do Agravamento Interno** em relação a exclusão da multa individual de 11 UPFs/MT ao Sr. Deiver Alessandro Teixeira, Ex-Secretário Municipal de Saúde de Cuiabá, referente aos itens “4.a”, “4.b” e “4.d” emanadas do Acórdão 506/2021–TP, que fundamentou o **Julgamento Singular nº 259/VAS/2025**.





Tribunal de Contas
Mato Grosso
TRIBUNAL DO CIDADÃO

SECRETARIA DE CONTROLE EXTERNO DE RECURSOS

Telefones: 3613-7583 / 7554 / 7527

email: secex-recursos@tce.mt.gov.br

4. CONCLUSÃO

Diante do exposto, conclui-se pela procedência das justificativas e/ou argumentações apresentadas pelo agravante, Sr. Deiver Alessandro Teixeira, e, no **mérito**: pelo **PROVIMENTO DO AGRAVO INTERNO**, excluindo a sua multa individual de 11 UPFs/MT concernente aos itens “4.a”, “4.b” e “4.d” emanadas do Acórdão 506/2021–TP, que fundamentou o **Julgamento Singular nº 259/VAS/2025**.

É o relatório, que se submete à apreciação superior.

Secretaria de Controle Externo de Recursos do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso, **em 4 de julho de 2025**.

(assinatura digital)
Moisés Lima da Silva
Auditor Público Externo
Matrícula: 203349-6

